



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2010-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A SRA. ANDRÉIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS.

Pelo presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº 073/2010-MP/PA**, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, com sede na Rua João Diogo nº. 100, bairro Cidade Velha, CEP: 66015-165, neste ato representado pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES**, brasileiro, domiciliado e residente nesta cidade, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e a Sra. **ANDRÉIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Santarém-PA, à Rua Angélica, 1012, Bairro Jardim Santarém, CEP: 68030-300, Fone: (93) 3522-1209 / 9195-8781, doravante denominada **LOCADOR**, têm por justas e acordadas as seguintes cláusulas e condições, objeto do referido Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato original, que tratam da **VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original por mais **12 (doze) meses**, a contar de **16.07.2015**.

CLÁUSULA TERCEIRA

O Contrato, conforme Cláusula Quarta – Do Preço, tem seu valor mensal em R\$ 5.076,69 (Cinco mil, setenta e seis reais e sessenta e nove reais), totalizando em 12 (doze) meses o valor de R\$ 60.920,28 (Sessenta mil, novecentos e vinte reais e vinte e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Classificação: 12101.03.122.1297.4534 – Operacionalização das Ações Administrativas.

Elemento de Despesa: 339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem inalteradas e ficam por este Termo ratificadas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Belém, 03 de julho de 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
LOCATÁRIO

ANDRÉIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS
LOCADOR

TESTEMUNHAS:

1) RG:

Paulo S. Oliveira
2016481 SSP/PA

2) RG:

Moisés do Mj
2429396 SSP/PA

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº DO TERMO ADITIVO: 5º

Nº DO CONTRATO: 073/2010-MP/PA

Objeto do Contrato: Locação de imóvel utilizado como sede da PJ de Parauapebas-PA.

Valor do Contrato Original: R\$ 48.000,00.

Modalidade de Licitação: Dispensa nº 017/2010-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Sra. ANDREIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação de Vigência.

Valor do Aditamento: -.

Data de Assinatura: 03/07/2015.

Vigência do Aditamento: 16/07/2015 a 15/07/2016.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1297.4534.

Elemento de despesa: 3390-36.

Fonte de Recurso: 0101.

Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Aditivos Anteriores: 1º TA: Prorrogação do Prazo de Vigência e Reajuste de Valor (DOE. 18/07/2011), 2º TA: Prorrogação

do Prazo de Vigência e Reajuste de Valor (DOE. 11/07/2012), 3º TA: Prorrogação do Prazo de Vigência e Reajuste de Valor

(DOE. 05/07/2013), 4º TA: Prorrogação do Prazo de Vigência e Reajuste de Valor (DOE. 16/07/2014)

Protocolo 848927

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 022/2015/MP/6ªPJMAB

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, torna pública Recomendação

nº 022/2015/MP/6ªPJMAB, encaminhada aos seguintes órgãos:

a) Prefeitura Municipal de Marabá, b) Secretaria Municipal de

Educação de Marabá, c) Departamento Municipal de Trânsito e

Transporte Urbano de Marabá, d) Corpo de Bombeiros e e) Divisão

de Vigilância Sanitária de Marabá, que se encontra à disposição na

Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº,

Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-

000 - Marabá - Pará - Fone/Fax: (94) 3312-9900 / 3312-9910.

Recomendação: Acompanhar e fiscalizar a estrutura física e

funcionamento do Núcleo de Ensino Infantil São Felix, garantindo

à comunidade escolar infraestrutura segura e adequada às

necessidades educacionais.

Marabá/PA, 01/07/2015

Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça

Protocolo 848893

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 023/2015/MP/6ªPJMAB

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, torna pública Recomendação

nº 023/2015/MP/6ªPJMAB, encaminhada aos seguintes órgãos: a)

Prefeitura Municipal de Marabá, b) Secretaria Municipal de Educação

de Marabá, c) Departamento Municipal de Trânsito e Transporte

Urbano de Marabá, d) Direção do Núcleo de Ensino Infantil Edivan

Alves Pereira, e) Corpo de Bombeiros e f) Divisão de Vigilância

Sanitária de Marabá, que se encontra à disposição na Promotoria

de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod.

Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá -

Pará - Fone/Fax: (94) 3312-9900 / 3312-9910.

Recomendação: Acompanhar e fiscalizar a estrutura física e

funcionamento do Núcleo de Ensino Infantil Edivan Alves

Pereira, garantindo à comunidade escolar infraestrutura segura e

adequada às necessidades educacionais.

Marabá/PA, 01/07/2015

Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça

Protocolo 848894

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 022/2015/MP/6ªPJMAB

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, torna pública Recomendação

nº 022/2015/MP/6ªPJMAB, encaminhada aos seguintes órgãos: a) Prefeitura

Municipal de Marabá, b) Secretaria Municipal de Educação de Marabá, c)

Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Urbano de Marabá, d)

Corpo de Bombeiros e e) Divisão de Vigilância Sanitária de Marabá, que se

encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua

das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP.

68.500-000 - Marabá - Pará - Fone/Fax: (94) 3312-9900 / 3312-9910.

Recomendação: Acompanhar e fiscalizar a estrutura física e

funcionamento do Núcleo de Ensino Infantil São Felix, garantindo

à comunidade escolar infraestrutura segura e adequada às

necessidades educacionais.

Marabá/PA, 01/07/2015

Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça

Protocolo 848896

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 023/2015/MP/6ªPJMAB

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, torna pública Recomendação

nº 023/2015/MP/6ªPJMAB, encaminhada aos seguintes órgãos:

a) Prefeitura Municipal de Marabá, b) Secretaria Municipal de

Educação de Marabá, c) Departamento Municipal de Trânsito e

Transporte Urbano de Marabá, d) Direção do Núcleo de Ensino

Infantil Edivan Alves Pereira, e) Corpo de Bombeiros e f) Divisão

de Vigilância Sanitária de Marabá, que se encontra à disposição na

Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores,

s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP.

68.500-000 - Marabá - Pará - Fone/Fax: (94) 3312-9900 / 3312-

9910.

Recomendação: Acompanhar e fiscalizar a estrutura física e

funcionamento do Núcleo de Ensino Infantil Edivan Alves

Pereira, garantindo à comunidade escolar infraestrutura segura e

adequada às necessidades educacionais.

Marabá/PA, 01/07/2015

Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça

Protocolo 848897

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 254/2012

Portaria nº 018/2015

Data da instauração: 01/07/2015

Interessado: Ministério Público Federal

Investigado: Desembargadora TJE/PA

Objeto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela

Desembargadora do TJE/PA, em esquema de corrupção para

manter a atual situação irregular da COLOSSUS na pesquisa do

ouro existente em Serra Pelada.

Promotora de Justiça: Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

Protocolo 848898

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 259/2012

Portaria nº 017/2015

Data da instauração: 01/07/2015

Interessado: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Investigado: Servidores da SEDUC

Objeto: Apurar possíveis irregularidades apontadas no

Relatório de Auditoria AGE nº 016/2009, conforme sindicância

investigatória nº 06/2012, com indícios de fracionamento de

despesa para a montagem de laboratório de informática do

PROINFO.

Promotora de Justiça: Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

Protocolo 848899

PROCEDIMENTO Nº 169/2004 - PJTFEIS

SIMP 0001421102013

PROCEDÊNCIA: SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS

DIREITOS HUMANOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO-CALENDÁRIO 2003

ATO Nº 050/2015 - PJTFEIS

ATO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E

ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições

legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo

127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º,

art. 6º do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-

Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA COM RESSALVA as contas

apresentadas pela SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS

DIREITOS HUMANOS, referentes ao exercício financeiro de 2003,

quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este

ATO publicado.

Belém, 10 de junho de 2015.

Sávio Rui Brabo de Araújo

Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de

Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo 848904

AVISO Nº 017/2015-CSMP

Faço público, a quem interessar possa, que a 13ª Sessão Ordinária

do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 9 de julho de 2015,

às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de

Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público

do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da

Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA Pauta:

1. Apreciação das Atas da 9ª e 10ª Sessões Ordinárias, realizadas

respectivamente em 20 e 28.05.2015.

2. Apreciação do Of nº 960/2015-MP/CGMP (Protocolo nº

29624/2015), por meio do qual o Exmo. Corregedor-Geral do

Ministério Público encaminha proposta de alteração do Anexo

I da resolução nº 003/2014/MP/CSMP, que dispõe sobre os

critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do

merecimento dos membros do Ministério Público do Estado do

Pará nos concursos de remoção e promoção.

3. Apreciação do Of nº 014/2015-MP/7ªPJCV/NPM, por meio

do qual o Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado encaminha

proposta de alteração da resolução nº 003/2014/MP/CSMP, que

dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para

aferição do merecimento dos membros do Ministério Público do

Estado do Pará nos concursos de remoção e promoção, bem

como proposta de edição de Súmula referente a reiteradas

decisões do Órgão Colegiado.

4. Apreciação do Of nº 905/2015-MP/CGMP (Protocolo nº

27405/2015), por meio do qual o Exmo. Corregedor-Geral do

Ministério Público ratifica informação prestada ao Conselho

Superior por meio do Of nº 595/2015-MP/CGMP (Protocolo nº

18435/2015), acerca do arquivamento de pedido de providências

quanto à ausência de movimentação do procedimento nº

2.00061/2009-CSMP.

5. Julgamento de Processos:

5.1. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA

MEDRADO:

5.1.1. Processo nº 000447-110/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruará

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto: Apuração finalística de contas relativas ao ano-calendário de

2012.

5.1.2. Processo nº 000150-110/2013

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Instituto Catarina Labouré

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto: Apuração finalística de contas relativas ao ano-calendário de

2009.

5.1.3. Processo nº 000150-110/2014

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Movimento República de Emaús

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto: Apuração finalística de contas relativas ao ano-calendário de

2009.

5.1.4. Processo nº 000153-110/2013

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Serviço de Atendimento Básico em Reabilitação - SABER

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto: Apuração finalística de contas relativas ao ano-calendário de

2009.

5.1.5. Processo nº 000153-110/2013

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Instituto de Capacitação e Assistência Social Helena Coutinho

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto: Apuração finalística de contas relativas ao ano-calendário de

2009.

5.1.6. Processo nº 002505-110/2014

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Instituto Francisco Perez

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto: Apuração finalística de contas relativas ao ano-calendário de

2009.

5.1.7. Processo nº 000107-110/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Fundação Alves, Fontes, Gonçalves, e Sena

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social,

Falência e Recuperação

Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto: Apuração finalística de contas relativas ao ano-calendário de

2008.